

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR E EMPENHAR

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR E EMPENHAR

Trata-se de Processo Administrativo nº 19.21.0013.0040438/2024-88, no qual a Coordenadoria de Licitações e Contratos -CLC, solicitou contratação, por meio de INEXIGIBILIDADE Nº 05/2024, de “Curso Prático: Operacionalização no Sistema COMPRAS.GOV.BR”, com carga horária de 20 (vinte) horas, a realizar-se na modalidade online, nos dias 21, 22 e 25 de novembro de 2024, para 7 (sete) servidores, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com base no artigo 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021.

Após a devida instrução processual, foram juntados aos autos o PARECER AGENTE DE CONTRATAÇÃO (0893250), publicação do Ato que autoriza a Contratação Direta no PNCP (0893233);

A empresa contratada será a INOVE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 50.088.618/0001-23, conforme documentos de habilitação (0887649);

Ante o exposto:

1. AUTORIZO a contratação da empresa INOVE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 50.088.618/0001-23, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº. 14.133/2021, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com vistas à participação de 7 (sete) servidores do Ministério Público do Estado do Piauí na ação de desenvolvimento intitulada “Curso Prático: Operacionalização no Sistema COMPRAS.GOV.BR”, com carga horária de 20 (vinte) horas, a realizar-se na modalidade online, nos dias 21, 22 e 25 de novembro de 2024, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (0875898) - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2024.
2. Encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Orçamento e Finanças/COF, para emissão da respectiva nota de empenho, em favor da empresa acima mencionada.
3. Após, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, para as demais providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 21/11/2024, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0893275** e o código CRC **38B4F6FF**.